

## ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA À 7ª EDIÇÃO	7
NOTA INTRODUTÓRIA À 6ª EDIÇÃO	11
NOTA INTRODUTÓRIA À 5ª EDIÇÃO	13
NOTA INTRODUTÓRIA À 4ª EDIÇÃO	15
NOTA INTRODUTÓRIA À 3ª EDIÇÃO	17
NOTA INTRODUTÓRIA À 2ª EDIÇÃO	19
NOTA INTRODUTÓRIA À 1ª EDIÇÃO	21
ABREVIATURAS	23
1. Introdução ao direito do consumo	25
1.1. Origens	25
1.2. Noção de consumidor	29
1.2.1. Enquadramento dos conceitos de consumidor	29
1.2.2. Elementos	32
1.2.2.1. Elemento subjetivo	32
1.2.2.2. Elemento objetivo	33
1.2.2.3. Elemento teleológico	34
1.2.2.4. Elemento relacional	42
1.2.3. Alegação e prova da qualificação como consumidor	46
1.3. Multidisciplinaridade e autonomia científica	48
1.4. Fundamentos, tendências e desafios	51
1.4.1. Fundamentos	52
1.4.2. Tendências	53
1.4.3. Desafios do mercado digital para os contratos de consumo	55
1.4.3.1. <i>Big data</i>	56
1.4.3.2. <i>Internet of things</i>	58
1.4.3.3. <i>Blockchain</i> , criptomoedas e <i>smart contracts</i>	60
1.4.3.4. Dados pessoais como contraprestação	62
1.4.3.5. Plataformas digitais	65
1.4.3.6. Conteúdos e serviços digitais	67
1.4.3.7. Impressoras 3D	68

2. Teoria geral do contrato de consumo	71
2.1. Formação do contrato	71
2.1.1. Forma do contrato	71
2.1.2. Modelos de formação do contrato de consumo	76
2.1.3. Modelo predominante: proposta seguida de aceitação	79
2.1.3.1. Proposta	79
2.1.3.1.1. Requisitos da proposta	79
2.1.3.1.2. Proposta e convite para contratar	81
2.1.3.1.3. Proposta ao público	83
2.1.3.2. Aceitação	88
2.1.4. Comunicação do conteúdo da declaração do profissional	91
2.1.5. Preço	94
2.1.5.1. Indicação de preços	96
2.1.5.2. Práticas comerciais com redução de preços	99
2.1.5.3. Ofertas e contratos promocionais	105
2.1.5.3.1. Contratos promocionais com objeto plural	106
2.1.5.3.2. Oferta gratuita de bens ou serviços	108
2.1.5.3.3. Cartão de fidelização ou de cliente	110
2.1.5.3.4. Concurso ou sorteio	113
2.1.5.4. Fornecimento de bens ou serviços não solicitados	114
2.1.6. Cláusulas contratuais gerais	121
2.1.6.1. Âmbito de aplicação do DL 446/85	121
2.1.6.2. Inserção das cláusulas em contratos individualizados	128
2.1.6.2.1. Conexão com o contrato	129
2.1.6.2.2. Comunicação	130
2.1.6.2.3. Esclarecimento	138
2.1.7. Práticas comerciais desleais	140
2.1.7.1. Cláusula geral	141
2.1.7.2. Práticas comerciais enganosas	146
2.1.7.3. Práticas comerciais agressivas	154
2.1.8. Informação e comunicação	159
2.2. Conteúdo do contrato	162
2.2.1. Qualidade da prestação	162
2.2.2. Cláusulas abusivas	166
2.2.3. Período de fidelização	174
2.3. Direito de arrependimento	189
2.3.1. Introdução	189
2.3.2. Ocorrências e fundamentos	191
2.3.3. Natureza jurídica	195
2.4. Cumprimento do contrato	197

2.4.1. Boa-fé na realização das prestações	198
2.4.2. Pagamento do preço	201
2.4.3. Lugar da prestação	203
2.4.4. Prazo da prestação	204
3. Contratos de consumo em especial	209
3.1. Contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento	209
3.1.1. Definições	211
3.1.1.1. Contrato celebrado à distância	211
3.1.1.2. Contrato celebrado fora do estabelecimento	214
3.1.1.2.1. Contratos celebrados no domicílio	217
3.1.1.2.2. Contratos celebrados no local de trabalho	217
3.1.1.2.3. Contratos celebrados em reuniões	218
3.1.1.2.4. Contratos celebrados em excursões	219
3.1.1.2.5. Contratos celebrados em local indicado pelo profissional	219
3.1.1.2.6. Outros contratos celebrados fora do estabelecimento	222
3.1.2. Deveres pré-contratuais	223
3.1.2.1. Conteúdo mínimo da declaração do profissional	223
3.1.2.2. Comunicação do conteúdo mínimo da declaração	225
3.1.3. Formação do contrato	227
3.1.3.1. Contratos celebrados à distância	227
3.1.3.1.1. Contratos celebrados por correspondência postal	228
3.1.3.1.2. Contratos celebrados com recurso à televisão	229
3.1.3.1.3. Contratos celebrados na sequência de contacto telefónico	230
3.1.3.1.4. Contratos celebrados através da Internet	232
3.1.3.2. Contratos celebrados fora do estabelecimento	238
3.1.4. Obrigação de confirmação do conteúdo do contrato	240
3.1.5. Direito de arrendimento	243
3.1.5.1. Prazo	243
3.1.5.2. Forma	247
3.1.5.3. Efeitos do contrato na pendência do prazo	248
3.1.5.4. Efeitos do exercício do direito	254
3.1.5.5. Exceções	261
3.2. Contratos celebrados em estabelecimentos automatizados	267
3.2.1. Conceito e enquadramento	267
3.2.2. Formação do contrato	270
3.3. Venda de bens de consumo	274

3.3.1. Âmbito de aplicação do DL 67/2003	275
3.3.2. Conformidade do bem com o contrato	281
3.3.3. Critérios legais para a aferição da conformidade	289
3.3.3.1. Conformidade com a descrição feita pelo vendedor	289
3.3.3.2. Conformidade com uma amostra ou um modelo	291
3.3.3.3. Adequação às utilizações habituais	294
3.3.3.4. Adequação a uma utilização específica	296
3.3.3.5. Conformidade com as qualidades e o desempenho habituais	297
3.3.3.6. Relevância contratual da publicidade e da rotulagem	301
3.3.3.7. Conformidade da instalação e das instruções do bem	312
3.3.4. Inexistência de desconformidade	313
3.3.5. Desconformidade no momento da entrega	315
3.3.5.1. Transferência do risco	315
3.3.5.2. Ónus da prova da anterioridade da desconformidade	319
3.3.6. Direitos do consumidor	323
3.3.6.1. Inexistência de hierarquia entre os direitos	323
3.3.6.2. Reparação do bem	328
3.3.6.3. Substituição do bem	332
3.3.6.4. Resolução do contrato	334
3.3.6.5. Redução do preço	336
3.3.6.6. Recusa da prestação	338
3.3.6.7. Exceção de não cumprimento do contrato	338
3.3.6.8. Indemnização	339
3.3.7. Prazos	342
3.3.7.1. Prazo da garantia legal de conformidade	342
3.3.7.2. Prazos para exercício de direitos	346
3.3.7.2.1. Denúncia da falta de conformidade	347
3.3.7.2.2. Caducidade da ação	350
3.3.8. Responsabilidade do produtor	353
3.3.8.1. Responsabilidade pela reposição da conformidade	354
3.3.8.2. Regime da responsabilidade objetiva do produtor	357
3.3.9. Garantia voluntária	360
3.3.10. Diretivas 2019/771 e 2019/770	364
3.3.10.1. Âmbito de aplicação	366
3.3.10.1.1. Âmbito de aplicação subjetivo	366
3.3.10.1.2. Âmbito de aplicação objetivo	368
3.3.10.2. Critérios de conformidade	371
3.3.10.3. Responsabilidade do profissional e prazos	374
3.3.10.4. Direitos do consumidor	377

3.4. Serviços públicos essenciais	381
3.4.1. Âmbito de aplicação da Lei 23/96	382
3.4.2. Dever de contratar	386
3.4.3. Suspensão da prestação do serviço	391
3.4.4. Direito a faturação detalhada	395
3.4.5. Prescrição e caducidade	398
3.5. Crédito ao consumo	408
3.5.1. Conceito de contrato de crédito ao consumo	409
3.5.2. Taxa anual de encargos efetiva global (TAEG)	420
3.5.2.1. Conceito e função	420
3.5.2.2. Usura	422
3.5.3. Deveres pré-contratuais	426
3.5.3.1. Publicidade	427
3.5.3.2. Conteúdo da declaração do profissional	431
3.5.3.3. Dever de avaliar a solvabilidade do consumidor	437
3.5.4. Formação do contrato	440
3.5.5. Direito de arrependimento	447
3.5.5.1. Prazo	449
3.5.5.2. Forma	450
3.5.5.3. Efeitos do contrato na pendência do prazo	451
3.5.5.4. Efeitos do exercício do direito	452
3.5.6. Cumprimento antecipado do contrato pelo consumidor	453
3.5.7. Vencimento antecipado das prestações	456
3.5.8. Conexão de contratos	461
3.6. Transporte em veículo descaracterizado (Uber, Bolt, Kapten)	468
3.6.1. Intervenientes no contrato e crítica à qualificação legal	469
3.6.2. Celebração do contrato	472
3.6.2.1. Proposta contratual	473
3.6.2.2. Aceitação	474
3.6.3. Função e objeto(s) do contrato	476
3.6.4. Preço	477
3.6.5. Aplicação da legislação de direito do consumo	480
3.6.6. Mecanismos de avaliação da qualidade	483
3.6.7. Reclamações e resolução alternativa de litígios de consumo	484
3.6.7.1. Reclamações	484
3.6.7.2. Resolução alternativa de litígios de consumo	486
3.7. Alojamento local	487
3.7.1. Introdução	487
3.7.2. Conceito e intervenientes	489
3.7.3. Registo e exploração de estabelecimento de AL	491

3.7.4. Alojamento local e condomínio	493
3.7.5. Celebração do contrato	495
3.7.6. Função e objeto(s) do contrato	497
3.7.7. Regras específicas sobre responsabilidade civil	501
3.7.8. Aplicação da legislação de direito do consumo	501
3.7.9. Livro de reclamações	507
BIBLIOGRAFIA	509
JURISPRUDÊNCIA	563
LEGISLAÇÃO PORTUGUESA	585
LEGISLAÇÃO EUROPEIA	591